

João Pessoa - PB, 04 de Outubro de 2019.

Ofício nº 150/2019.

A Sua Excelência o Senhor

Ministro da Secretaria de Governo (SEGOV/PR)

Ilmo. General Luiz Eduardo Ramos

Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Ministro,

A FAMUP – Federação das Associações dos Municípios da Paraíba é um organismo focado na defesa das bandeiras do municipalismo, atuando de forma indistinta com todos os atores políticos no âmbito local, regional e nacional, sem fazer distinção de viés partidário e ideológico, uma vez que as nossas praticas são pautadas por uma postura que privilegie os valores constitucionais, estabelecendo um dialogo efetivo e respeitoso com os poderes constituídos de forma institucional.

A FAMUP em permanente diálogo com os prefeitos e prefeitas do Estado da Paraíba e de outros estados, com as associações micro regionais dos municípios paraibanos, como a AMSEC, AMVAP, AMVES, AMASP, AMLNORTE-PB, AMCAP, em consonância de propósitos com a CNM – Confederação Nacional dos Municípios, em permanente diálogo com estes entes apresenta um leque de demandas e ações a serem postuladas junto ao Congresso Nacional e as diversas esferas do Poder Executivo Federal, que certamente terão impactos positivos nos municípios do nosso Estado, assim como nos demais municípios dos estados da federação e na gestão do poder executivo Federal e Estadual, uma vez que a população tem nas gestões municipais o grande suporte para atender as suas demandas no cotidiano, mesmo porque a vida prática dos brasileiros acontece no âmbito municipal.

A FAMUP através dos seus prefeitos e prefeitas deseja estabelecer e estreitar cada vez mais um diálogo respeitoso e proativo com o Governo Federal, para que consigamos de forma criativa, institucional e co-participativa, encontrarmos os meios para enfrentar as dificuldades orçamentárias ora existentes no poder executivo nas três esferas, causadas pela crise econômica.

Diante do quadro atual gerado pela crise econômica, reconhecemos o esforço do Governo Federal no objetivo de viabilizar as reformas necessárias na máquina pública, na vida das pessoas e das empresas, impulsionando o empreendedorismo e a desburocratização do acesso aos serviços oferecidos pelo poder público, de forma que venham trazer maiores possibilidades de eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos, em função das demandas das gestões municipais, estaduais e

federal e principalmente das inquietudes e expectativas históricas da população brasileira e em particular do empresariado.

A FAMUP dialoga com os parlamentares de todas as correntes partidárias, pois entendemos que os valores democráticos, republicanos e cívicos são realidades que devem fazer parte das práticas dos gestores públicos, pois as necessidades e expectativas do povo brasileiro devem ser colocadas em um patamar de primazia diante das conveniências e ideologias político partidárias.

Nesse contexto listamos alguns pontos principais que entendemos fundamentais para os nossos municípios com repercussão imediata nos indicadores sociais e econômicos. Alguns se encontram em tramitação no Congresso Nacional nas suas respectivas casas legislativas.

A participação do Governo Federal na construção da viabilidade política com as devidas adequações necessárias é de grande importância, neste sentido e não deve acontecer apenas a nível de apoio na articulação política, pois muitas das proposições abaixo apresentadas para que possam se concretizar independentemente da disposição e da burocracia do parlamento, o Governo Federal pode contribuir com o fornecimento de apoio técnico, financeiro, operacional e científico através do Exército Brasileiro e das Forças Armadas de forma geral, das instituições de pesquisa e as universidades federais, como a UFPB – Universidade Federal da Paraíba, UFCG – Universidade Federal de Campina Grande e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, podem ser um apoio valioso para que de forma inteligente e criativa consigamos alcançar resultados satisfatórios sem onerar os cofres públicos, pois será utilizada a estrutura e conhecimento já existente dos órgãos acima citados. Vejamos abaixo as nossas proposições:

1. Políticas de Convivência com a Seca

Canal da Transposição* – Colocar em plena operacionalização os dois eixos do canal da transposição. Obra fundamental a todo semiárido brasileiro. A sua conclusão trará impactos sócio econômicos de grande importância na vida das pessoas, pois proporcionará o estabelecimento da tão desejada segurança hídrica e a possibilidade de fixação do homem no campo, crescimento do rebanho, diversificação das lavouras, ampliação das possibilidades de emprego e renda, redução dos índices de mortalidade infantil em nosso estado. Com destaque a operacionalização do Eixo Leste, a Conclusão do Eixo Norte e a construção do 3º Eixo da Transposição – Ramal do Rio Piancó.

Com previsão de beneficiar 12 milhões de pessoas, o projeto prevê a captação de apenas 1,4% da vazão de 1 850 m³/s do São Francisco, dividida em dois eixos de transposição:

- **Eixo Norte:** Constitui-se em um percurso de aproximadamente 400 km, com ponto de captação de águas próximo à cidade de Cabrobó, Pernambuco. As águas serão transpostas aos rios Salgado e Jaguaribe até os reservatórios de Atalho e Castanhão no Ceará; ao Rio Apodi, no Rio Grande do Norte; e Rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte, chegando aos reservatórios de Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, ambos na Paraíba e Armando Ribeiro Gonçalves, Santa Cruz e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte.

Em Pernambuco, prevê-se a disponibilização de água para atender a demanda dos municípios banhados pelas bacias dos rios Brígida, Terra Nova e Pajeú, que compartilham a Bacia do São Francisco.

“Damos ênfase especial aos impactos positivos decorrentes da construção do ramal do Rio Piancó que se constitui basicamente de uma adutora de 26,5 quilômetros de extensão que vai beneficiar a população do Vale do Piancó com as águas da transposição do Rio São Francisco. Este antigo pleito da região de tornar o rio Piancó perene vai se tornar realidade, uma vez que foi aprovado o projeto técnico encaminhado pelo Governo do Estado da Paraíba ao Ministério da Integração Nacional para a chegada das águas no município de Conceição.”

Os estudos foram aprovados por unanimidade pelo Conselho Gestor do São Francisco, que envolve os quatro estados que receberão as águas (Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba), além do Ministério da Integração Nacional; Ministério das Minas e Energia, Casa Civil da Presidência da República, Agência Nacional das Águas, dentre outros órgãos.

Na região de Brígida, uma ramificação do canal de transposição com cerca de 200 km de extensão está previsto para conduzir parte das águas até os açudes de Entre Montes e Chapéu. O projeto prevê uma vazão máxima de 99 m³/s e uma vazão de operação de 16,4 m³/s. Segundo o Ministério da Integração Nacional, a capacidade máxima será utilizada em períodos de escassez de água nas bacias receptoras e quando Sobradinho esteja em regime de espera para contenção de cheias ou com 94% de sua capacidade.

- **Eixo Leste:** As águas deste eixo percorrerão a distância de 220 km, a partir da barragem de Itaparica, no município de Floresta (Pernambuco), alcançarão o rio Paraíba, na Paraíba, e deverão atingir os reservatórios existentes nas bacias receptoras: Poço da Cruz, em Pernambuco, e Epitácio Pessoa (Boqueirão), na Paraíba.

Ramificações serão construídas para transferir parte da vazão para as bacias do rio Pajeú, do rio Moxotó e para a região agreste de Pernambuco, através da construção de um ramal de 70 km que interligará o Eixo Leste à bacia do rio Ipojuca. A vazão máxima prevista é de 28 m³/s, mas a vazão média operacional será de 10 m³/s.

De forma similar ao Eixo Norte, prevê-se que o sistema possa operar na vazão máxima em períodos de necessidade da bacia receptora e quando Sobradinho esteja em regime de espera para contenção de cheias ou com 94% de sua capacidade.

A engenharia dos eixos de integração consiste em canais abertos, de seção trapezoidal variável, os maiores sendo de 25 metros de largura e 5 de profundidade, impermeabilizados com geomembrana protegida por uma camada de 5 cm de concreto. Nas regiões de travessia de riachos e rios serão construídos aquedutos. Para ultrapassar regiões de maior altitude, serão construídos túneis.

Para chegar ao seu destino, as águas devem vencer barreiras impostas pelo relevo. Nove estações de bombeamento para elevar a água serão construídas: três no Eixo Norte, para vencer altitudes de 165 m e seis no Eixo Leste, onde as águas serão elevadas à altitude de 304 m. Esta prevista ainda a construção de 30 barragens ao longo dos canais, que funcionarão como reservatórios de compensação

para permitir o escoamento da água mesmo durante as horas em que o bombeamento esteja desligado (3 a 4 horas por dia).

Fazer a transposição e manter a estrutura funcionando têm custos altos. Isso encarecerá a água para o consumidor. O custo final da água será R\$ 0,013 por 1000 litros (m³). Entretanto, como os reservatórios poderão trabalhar com menores volumes, serão reduzidas as perdas por evaporação e haverá um ganho de água antes perdida para o Sol. Esse ganho de água, estimado em 24 000 litros por segundo, foi denominado de sinergia hídrica e barateará o custo médio da água transposta.

O rio São Francisco é responsável por boa parte da geração de energia do país e é bastante navegável, o que propicia eficiência no transporte de cargas. O São Francisco possui uma grande importância econômica na região por onde passa, pois é usado para irrigação de plantações e pesca. A sua importância social é o fornecimento de água e de alimento (peixes) para a população.

Implementação de projetos de dessalinização – A precipitação pluviométrica nos nordeste é conhecida ao longo das series históricas como irregular e no geral muito concentrada ao longo dos meses. O acesso a água potável se constitui em uma das maiores dificuldades para permanência do homem no campo, pois sem água para subsistência e para as atividades agropastoris é inevitável o êxodo rural impactando no inchaço dos centros urbanos. O exercito brasileiro e as universidades federais em particular a UFPB, desenvolveram tecnologia de ponta desde a década de 60 neste sentido e continuam em permanente processo de atualização tecnológica, com equipamentos de baixo custo operacional, sendo capazes de produzir água potável mesmo em regiões em que as características do solo possui alto índice de salinidade.

Carros Pipas, Poços Artesianos e Cisternas – Carros Pipa, Poços Artesianos, Cisternas e Projetos de Dessalinização, se constituem um conjunto de iniciativas que possui uma elevada possibilidade de elevação da qualidade de vida do "homem do campo", fazendo com que o mesmo possa adquirir formas de elevação da sua qualidade de vida, do seu rebanho e das atividades agropastoris. Conferir meios de promoção do acesso a água é um dos objetivos do milênio e a promoção de ações neste sentido serão de grande importância para os brasileiros em vista dos impactos positivos, agregando um considerável auxílio na elevação dos índices de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios a serem alcançados pela ação.

Estas iniciativas impactam diretamente na consolidação de ações através do estado brasileiro de vários itens que fazem parte do conjunto de ações previstas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU ao qual o estado brasileiro é signatário, tais como:

I – Erradicação da Pobreza; III – Saúde e bem estar; VI – Água potável e saneamento; VIII – Trabalho decente e crescimento econômico; X – Redução das desigualdades; XV – Vida terrestre.

2. Energias renováveis – O modal predominante da produção de energia elétrica no Brasil se deu historicamente ao longo das décadas a partir das hidro elétricas. Um modal muito caro de implantação, em vista do tempo decorrente desde as fases de projeto, licenças ambientais, indenizações, desapropriações das áreas atingidas e licitações até que tenhamos o início efetivo da obra em vista de todas as questões de ordem burocrática, jurídica e ambiental, a um custo enorme

para o estado brasileiro e para a iniciativa privada que não se sente atraída para realizar investimentos em face da insegurança jurídica do projeto.

A região nordeste possui características climáticas extremamente favoráveis à ampliação de novos parques energéticos e a ampliação, tendo como base para geração de energia elétrica, a energia solar e a energia eólica. O estado da Paraíba em todas as regiões do litoral ao sertão, em função da sua localização privilegiada próxima da linha do equador, possui altos índices de radiação solar e um fluxo contínuo e intenso de correntes ar que garantem o fornecimento de energia elétrica limpa e sustentável a baixo custo para conseguir atender as expectativas do mercado consumidor, em particular os segmentos produtivos, pois em vista das Reformas estruturantes apresentadas pelo Governo Federal que estão em curso no Congresso Nacional, certamente teremos pela frente um cenário muito mais favorável, onde serão revertidos efetivamente os indicadores econômicos apontando para um futuro de efetivo crescimento econômico, neste novo cenário o consumo de energia elétrica nas casas, nas indústrias e no comércio serão muito maiores que os atuais, vale salientar que o sistema nacional de fornecimento de energia está operando no limite.

Hoje verificamos uma dependência considerável das hidro elétricas e das termo elétricas, estas por sinal quando acionadas possuem um custo de produção considerável, que impacta diretamente na conta dos consumidores finais e inviabiliza com que a produção nacional ganhe ares de competitividade, uma vez que tem em sua base de geração o petróleo. Neste caso as universidades federais podem ser de extrema importância para auxiliar neste processo em parceria com a iniciativa privada, os governos estaduais e os governos municipais.

3. Projeto habitacional para as famílias de baixa renda – A construção civil é um segmento produtivo que possui grande capacidade de geração de postos de trabalho em termos numéricos e de promover a absorção de trabalhadores com baixa qualificação profissional. Estas características somadas aos impactos sócio econômicos fazem com que a construção civil se caracterize notadamente pela sua capacidade de impulsionar melhoria de vida na população nordestina. Neste sentido é que solicitamos do Governo Federal o restabelecimento de programas habitacionais voltados para as populações de baixa renda nos municípios paraibanos. Estes programas conseguem reverter problemas históricos no aspecto urbanístico que afetam as pequenas, medias e grande cidades nordestinas.

4. Encontro de contas previdenciárias dos municípios com a União – Os municípios paraibanos contam com 70 (setenta) instituições previdências próprios. O repasse devido pelo governo federal a título de compensação previdenciária precisa ser equalizado para que as instituições próprias de previdência consigam ter a sua saúde financeira equacionada nos moldes estabelecidos com o governo federal.

Isto impacta sobremaneira as contas municipais, uma vez que ante o pouco tempo de existência dos institutos de previdência municipais, os gestores se veem obrigados a aportar recursos para poder quitar folha de inativos e outras obrigações legais.

Por outro lado, é sabido que também há débitos dos municípios para com o INSS, em razão de repasses a menor de contribuição devida. Sendo assim, faz-se justo e necessário esse acerto de contas. Urge a

publicação da reinstalação do Comitê do encontro de contas das dívidas previdenciárias tendo a frente dos trabalhos o Governo Federal.

5. Reforma Tributária – Tema fundamental ao país, sempre ventilado mais nunca levado a cabo, apresenta-se agora a oportunidade de uma melhor divisão dos recursos da nação, levando em conta os serviços que ficam a cargo dos municípios e que a estes encargos correspondam uma maior participação dos municípios na divisão.

6. Estabelecimento de novas regras de cumprimento das regras do CAUC* para municípios com menos de 50 mil habitantes – os menores municípios muitas vezes se veem impedidos de receber recursos por pendências administrativas e financeiras, não raro de situações oriundas de gestões anteriores. Com menos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a proibição de receber determinadas transferências financeiras acaba por inviabilizar o município.

* O CAUC é o serviço que disponibiliza informações acerca da situação de cumprimento de requisitos fiscais necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal, pelos entes federativos, seus órgãos e entidades, e pelas organizações da sociedade civil (OSC). O CAUC consolida os dados recebidos de cadastros de adimplência e o sistema de informações financeiras, contábeis e fiscais geridos pelos órgãos e entidades da União.

7. Fundo Social do Petróleo – Discussão com Parlamentares da frente municipalista, a divisão dos recursos do fundo nos moldes do rateio de FPM injetaria aproximadamente 11 bilhões nas contas municipais, o que seria salutar para a economia do país todo.

8. Atualização da tabela de Procedimentos do SUS– O sistema único de saúde é de extrema importância para grande parte da população brasileira, principalmente nos municípios de pequeno porte. Este serviço vem ao longo dos anos sendo acrescido de atribuições frente as diversas políticas públicas que foram criadas na área da Saúde, na alta, baixa e média complexidade. Isto é importante e necessário, mas os custos operacionais, custeio, gestão, mão de obra, insumos e uma serie de custos inerentes ao seu bom funcionamento sofreu atualizações dos valores, sendo que a tabela do SUS que caracteriza cada um dos diversos serviços nas mais diversas etapas do processo de execução no âmbito hospitalar em termos dos procedimentos não passa por atualizações, nisto faz-se necessário incluirmos a saúde básica.

No ano de 2000 a participação do governo federal em termos do financiamento dos custos do SUS passava dos 70,00%, hoje está abaixo dos 50,00%, cabendo aos estados e municípios arcar com o restante do custo para viabilizar o serviço para atender a população que diariamente vem ao nosso socorro. Em vista destes números alarmantes é imprescindível que tenhamos medidas urgentes no sentido de otimizarmos estes números para que não ocorra o estrangulamento do serviço.

9. Repasse dos Recursos da Ação Social Os projetos de ação social em curso precisam para que sejam concluídos e os seus objetivos originalmente pactuados entre as parte sejam alcançados, que os entes envolvidos através das suas instâncias próprias de gestão efetuem os aportes de recursos necessários, pois sem a contrapartida do Governo Federal ficaremos inviabilizados de dar seguimento as ações pactuadas em curso. Para isso solicitamos que o Governo Federal como proponente das ações previstas nos projetos e programas sociais, atualize o repasse dos recursos, agilize as análises de inconsistências na prestação de contas dos municípios nos relatórios gerenciais para que esta situação venha ser solucionada.

10. Reativar Repasses de Recursos das Obras Paralisadas - Segundo estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), com a intenção de contribuir para o fortalecimento da gestão municipalista, verifica-se uma situação caótica das obras nos Municípios brasileiros para com isso é necessário chamar atenção das autoridades públicas para as obras paralisadas ou que ainda nem foram iniciadas, apesar de terem sido contratadas, que acabam prejudicando a vida da população. O problema dos RAPs tem tomado uma proporção tão grande nos últimos anos que coloca em risco de descrédito generalizado o investimento público no país. Grande parte das prefeituras, buscando cumprir a palavra dada à sua comunidade e crendo no pagamento por parte da União, efetiva obras e projetos que são inseridos em RAP e representam um prejuízo aos cofres municipais. No OGU de 2017, o total de RAP destinados aos Municípios é de R\$ 31,5 bilhões, sendo R\$ 2,1 bilhões de processados e R\$ 29,3 bilhões de não processados

Certos da legitimidade e viabilidade das nossas propostas, esperamos poder contar com as contribuições de suma importância do Governo Federal para que tais políticas consigam ser implementadas, para que possamos vencer as barreiras que impedem o crescimento e fortaleçamos das gestões do poder executivo no âmbito municipal no Estado da Paraíba, impactando na vida dos munícipes.

Respeitosamente,

George José Porciúncula Pereira Coelho

PRESIDENTE DA FAMUP

Aguifaildo Lira Dantas

PRESIDENTE DA AMSEC

Allan Felipe Bastos de Sousa

PRESIDENTE DA AMVAP

Fabiano Pedro da Silva

PRESIDENTE DA AMLNORTE

Roberto Bandeira de Melo Barbosa

PRESIDENTE DA AMASP

Ronaldo Ramos de Queiroz

PRESIDENTE DA AMCAP

Rosalba Gomes da Nobrega

PRESIDENTE DA AMVES